

HABEAS CORPUS Nº 570.445 - MG (2020/0079231-9)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**
IMPETRANTE : ANGELICA DA SILVA
ADVOGADO : ANGELICA DA SILVA - MG178520
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PACIENTE : EBSON LUIZ JUNQUEIRA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em benefício de EBSON LUIZ JUNQUEIRA no qual se aponta como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais no julgamento do *Habeas Corpus* n. 1.000020.024282-4/000.

Depreende-se dos autos que o paciente foi preso em flagrante, em 13/9/2019, pela suposta prática do delito previsto no art. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/2006 (tráfico de entorpecentes), porque estaria mantendo em depósito **1 tablete de maconha pesando aproximadamente 375g (trezentos e setenta e cinco gramas) e 4 pedras brutas de cocaína pesando aproximadamente 62g (sessenta e dois gramas)**. Foram também apreendidos na abordagem policial uma faca e uma balança de precisão com resquícios de maconha, além de vários saquinhos para acondicionar drogas, um *notebook*, seis aparelhos de celular, uma calculadora, a quantia de R\$ 12.617,50 (doze mil, seiscentos e dezessete reais e cinquenta centavos) e três folhas de cheques de pessoas diferentes (e-STJ fls. 48/49). A custódia foi convertida em prisão preventiva (e-STJ fls. 43/46).

Finda a instrução processual, em 17/2/2020, foi julgada procedente a denúncia para condenar o paciente à pena de 5 (cinco) anos e 2 (dois) meses de reclusão, em regime inicial fechado, tendo-lhe sido negado o direito de recorrer em liberdade (e-STJ fls. 51/65).

Irresignada com a negativa do direito de apelar em liberdade, a defesa impetrou *habeas corpus* no Tribunal de origem, que denegou a ordem em acórdão assim ementado (e-STJ fl. 66):

*HABEAS CORPUS – TRÁFICO ILÍCITO DE DROGAS –
CONDENAÇÃO – RECORRER EM LIBERDADE –*

IMPOSSIBILIDADE – PRESENÇA DOS REQUISITOS ENSEJADORES DA PRISÃO PREVENTIVA – GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA – CIRCUNSTÂNCIAS DO DELITO – CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS – IRRELEVÂNCIA.

– Reveste-se de legalidade a decisão que mantém a segregação cautelar do paciente, após prolação de sentença penal condenatória, quando presentes as circunstâncias autorizadoras da prisão preventiva.

– As condições pessoais do paciente, se favoráveis, não lhe garantem o direito à liberdade provisória, devendo ser analisada casuisticamente a necessidade de manutenção da prisão cautelar.

Daí o presente *writ*, no qual a defesa alega ausência de fundamentação concreta e dos pressupostos da prisão preventiva para a manutenção da prisão cautelar do paciente.

Ressalta ainda que *"o paciente é primário, sem antecedentes negativos, possui residência fixa, TRABALHA COM CARTEIRA ASSINADA, DESDE 2011, OU SEJA, HÁ 09 (NOVE) ANOS, sem possuir nenhuma condenação, NÃO possui envolvimento no mundo da criminalidade, NÃO integra organização criminoso, Não possui quaisquer indícios de que o paciente se locomoverá para local incerto."* (e-STJ fl. 5).

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão ao paciente do direito de recorrer em liberdade, determinando-se a expedição do alvará de soltura em seu favor. Caso assim não se entenda, postula a defesa a aplicação isolada ou cumulada de medidas cautelares previstas no art. 319 do Código de Processo Penal.

É, em síntese, o relatório.

A liminar em *habeas corpus*, bem como em recurso ordinário em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa a minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto.

Em juízo de cognição sumária, não visualizo manifesta ilegalidade no ato ora impugnado a justificar o deferimento da medida de urgência.

Assim, não obstante os fundamentos apresentados pela defesa, mostra-se imprescindível uma análise mais aprofundada dos elementos de convicção constantes dos autos, para aferir a existência de constrangimento ilegal.

Superior Tribunal de Justiça

Ademais, o pedido liminar confunde-se com o próprio mérito da impetração, o qual deverá ser apreciado em momento oportuno, por ocasião do julgamento definitivo deste *writ*.

Ante o exposto, **indefiro a liminar**.

Solicitem-se informações à autoridade apontada como coatora e ao Juízo da 1ª Vara Criminal da Comarca de Três Corações (MG), ressaltando-se que esta Corte Superior deverá ser noticiada sobre qualquer alteração no quadro fático atinente ao tema objeto desta impetração.

Requeira-se, ainda, senha para acesso aos andamentos processuais constantes do respectivo portal eletrônico, tendo em vista a restrição determinada pela Resolução n. 121 do Conselho Nacional de Justiça.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 02 de abril de 2020.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
Relator